Conselho Municipal de Assistência Social

ATA N° 05/2026

Aos vinte e dois dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis, às 8h30min, nas dependências da Casa de Acolhimento, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS. O presidente, Maicon Fernando dos Santos, deu as boas-vindas aos presentes e passou a palavra a Cássio e Josiane, representantes da Casa de Acolhimento – Comitê de Combate à Fome e à Miséria, para darem início à apresentação da instituição. Foi relatado que a entidade iniciou suas atividades no ano de 2005, passando a se estruturar como abrigo institucional em 2018, com a chegada da equipe técnica à Casa. Atualmente, a instituição acolhe 11 crianças e adolescentes, possuindo capacidade para até 20 acolhidos. Os acolhimentos e desacolhimentos ocorrem mediante ordem judicial. Informaram ainda que a principal causa dos acolhimentos está relacionada à negligência familiar. Além da parceria voluntária com a Prefeitura Municipal, o Comitê realiza campanhas para arrecadação de recursos, por meio da comercialização de canecas, cuias, pizzas, entre outros itens, bem como recebe doações da comunidade. Também foram destacadas parcerias com a rede socioassistencial, CIEE, academia, dentista e outros profissionais que realizam ações voluntárias conforme as necessidades dos acolhidos. Foi ressaltado que a adoção tardia é um tema que precisa ser mais debatido pela sociedade, sendo sugerido que o assunto seja pautado junto ao COMDICA. Na sequência, conforme pauta levantada na reunião anterior, Jennifer apresentou dados referentes ao Cadastro Único. Informou que, dos 63 cadastros de pessoas que se declararam em situação de rua, 43 são beneficiárias do Programa Bolsa Família. A equipe do Centro Acolher solicitou a listagem dos cadastrados para cruzamento de dados, com o objetivo de verificar quais dessas pessoas ainda residem no município. Em relação aos agricultores, informou-se que há 113 cadastrados no Cadastro Único, sendo que 52 também são beneficiários do Programa Bolsa Família. Na oportunidade, foi levantada preocupação em relação a comunidades terapêuticas que supostamente retêm cartões de benefícios para fins de exploração financeira dos usuários. Diante disso, os conselheiros entenderam que tais situações devem ser denunciadas ao Ministério Público para as devidas averiguações. Na sequência, o presidente Maicon explanou sobre o Plano de Ação para Acolhimento de Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade Decorrente de Fluxo Migratório por Crise Humanitária – Ano 2026. Conforme informado, há em conta o valor de

R$352.269,16, referente a recurso repassado no ano de 2021, vinculado ao plano anteriormente existente, quando foi criada a Casa do Imigrante, cuja meta pactuada era o atendimento de 60 imigrantes. O presidente Maicon explicou que, ao longo dos anos, parte do recurso recebido, inicialmente em torno de R$600.000,00, foi utilizada para aquisição de equipamentos destinados à estruturação da Casa do Imigrante, bem como para pagamento de profissionais que atuaram no atendimento aos imigrantes que chegaram ao município. Entretanto, segundo as informações apresentadas, os imigrantes atendidos no período não teriam sido contabilizados oficialmente como metas executadas dentro do referido plano. Diante disso, os conselheiros solicitaram uma prestação de contas detalhada acerca da utilização dos recursos recebidos, incluindo informações sobre os gastos realizados e esclarecimentos quanto ao quantitativo de imigrantes efetivamente atendidos no município de Venâncio Aires durante o período de execução do plano. Os conselheiros destacaram a importância da apresentação dessas informações de forma detalhada, a fim de possibilitar a devida comprovação da aplicação dos recursos públicos e demonstrar que os investimentos realizados atenderam às demandas relacionadas ao acolhimento dos imigrantes em situação de vulnerabilidade que chegaram ao município. Dessa forma, o Plano de Ação não foi aprovado para utilização dos recursos neste momento. Os conselheiros deliberaram que a aprovação ficará condicionada à apresentação da prestação de contas detalhada dos valores já utilizados, bem como ao esclarecimento sobre o número de imigrantes efetivamente atendidos no município e a comprovação da execução das metas previstas no plano anterior. Registra-se que se espera que tais informações sejam apresentadas e esclarecidas na próxima reunião do CMAS, possibilitando nova análise e deliberação do Conselho. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.